



# OS DOCUMENTOS CURRICULARES E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

## CURRICULAR DOCUMENTS AND FINANCIAL EDUCATION IN BRAZIL

Eliane Pelity Eloi 1


Julio Cezar Rodrigues Eloi 2

**Resumo:** O estudo teve como objetivo investigar como se apresenta a educação financeira nos documentos curriculares oficiais no Brasil. A investigação adotou a abordagem qualitativa com emprego das pesquisas bibliográfica e documental. Como descobertas, foi possível identificar que a educação financeira consta na Base Nacional Comum Curricular, o que não havia ocorrido sob a égide dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Sobre as limitações da pesquisa, entende-se que investigações futuras podem investigar as influências das recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assim como a Estratégia Nacional de Educação Financeira. No tocante às implicações práticas, os resultados trazem um panorama geral de como a educação financeira se apresenta na Base Nacional Comum Curricular, especialmente como tema transversal. Em termos de originalidade e valor, conclui-se que a educação financeira é um tema de interesse crescente no Brasil e no exterior, o que justifica a sua inclusão no currículo escolar.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Alfabetização Financeira. Finanças Pessoais. Base Nacional Comum Curricular. Documentos Curriculares.

**Abstract:** The study aimed to investigate how financial education is presented in official curricular documents in Brazil. The research adopted a qualitative approach using bibliographic and documentary research. As findings, it was possible to identify that financial education is included in the National Common Curricular Base, which had not occurred under the aegis of the National Curricular Parameters. Regarding the limitations of the research, it is understood that future research can investigate the influences of the recommendations of the Organisation for Economic Co-operation and Development, as well as the National Strategy for Financial Education. Regarding practical implications, the results provide a general overview of how financial education is presented in the National Common Curricular Base, especially as a cross-cutting theme. In terms of originality and value, it is concluded that financial education is a topic of growing interest in Brazil and abroad, which justifies its inclusion in the school curriculum.

**Keywords:** Financial Education. Financial Literacy. Personal Finance. National Common Curricular Base. Curricular Documents.

- 
- 1 Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul (PPGECM/ UNICSUL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3158838706345579>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0164-054X>. E-mail: [eliane\\_pelity@hotmail.com](mailto:eliane_pelity@hotmail.com)
  - 2 Mestrando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Paulista (PPGA/ UNIP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5131920006931211>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4609-5717>. E-mail: [misterjulio@gmail.com](mailto:misterjulio@gmail.com)
- 

## Introdução

O assunto abordado neste artigo tem sido investigado de forma recorrente na literatura acadêmica, com diversas indexações em bases de dados científicas como *Redalyc*, *SciELO*, *Scopus*, *SPELL* e *Web Of Science*, dentre outros repositórios. Tal preocupação não tem sido apenas de interesse por parte de administradores, contabilistas e economistas, mas também dos governos, como se comprova nas iniciativas que ocorrem nos estabelecimentos de ensino da rede pública (Eloi; Dos Santos, 2019; Eloi, 2020a, 2020b).

Iniciativas independentes de educadores financeiros nacionais têm se consolidado ao longo das últimas décadas, nos casos de Cerbasi (2015, 2019), Dana (2017), D'Aquino (2014), Domingos (2012), Ewald (2012), Frankenberg (2002), Halfeld (2015), Luquet (2007), Martins (2014), Paschoarelli (2009), Peretti (2007) e Piazza (2015), dentre outros. A nível internacional essa tendência pode ter sido popularizada por Kiyosaki e Lechter (2000), de forma que todos os escritores citados têm de alguma forma contribuído para a discussão do assunto na sociedade.

A educação financeira pode levar aos educandos a uma compreensão social amplificada sobre o mundo em que estão inseridos (Eloi; Dos Santos, 2019). Além da autonomia na tomada de decisão, a educação financeira é uma forma de aplicar os saberes matemáticos na vida em sociedade. A educação financeira é um assunto de significativa importância, que deve ser abordado em perspectiva integrada, nas escolas e nas famílias (Eloi, 2015; Eloi; Eloi, 2023).

Em termos conceituais, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, define a educação financeira como um processo no qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão relacionada aos conceitos e produtos financeiros (OCDE, 2005). A educação financeira ainda se relaciona com o entendimento sobre os problemas e as dificuldades adquiridas, no que se advoga pela necessidade da poupança e organização. É nesse sentido que a educação financeira sustenta a prática do planejamento para o equilíbrio das finanças e cumprimento de objetivos de curto e longo prazos.

A educação financeira agrega tópicos como a alfabetização financeira, aplicações financeiras, comportamento do consumidor, finanças pessoais, planejamento financeiro etc. Dialoga com a matemática, a economia e a psicologia (Giordano; Assis; Coutinho, 2019). Pelo impacto na sociedade, é de interesse de educadores no Brasil e exterior, de forma que este artigo se junta ao esforço de outros pesquisadores na promoção da educação financeira na esfera educacional.

O objetivo desta investigação reside nos tópicos de educação financeira contidos nos documentos curriculares nacionais. Tal assunto é reconhecidamente relevante para a sociedade em geral, justificada pela quantidade crescente de trabalhos desenvolvidos em institutos de pesquisa e publicações na mídia. O problema de pesquisa é a inclusão da educação financeira no currículo escolar em uma economia emergente, de forma que este artigo visa responder o seguinte questionamento: como os documentos curriculares oficiais revelam a institucionalização dos tópicos de Educação financeira na Educação Básica?

Este trabalho é composto por cinco partes, cuja 1ª é esta introdução, com o objetivo, problema e a questão de pesquisa, seguida pela fundamentação teórica. A 3ª parte trata-se da metodologia, com os procedimentos metodológicos do desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa. A apresentação e a discussão dos resultados se encontram na 4ª parte. A título de considerações finais, a 5ª seção é a conclusão do artigo, com as limitações e propostas de estudos futuros.

## Fundamentação teórica

A alfabetização financeira e a educação financeira contribuem para o bem-estar individual e familiar, assim como para uma economia sólida (Bosshardt; Walstad, 2014). Pelo seu reconhecido destaque, nas últimas décadas a Educação financeira tem sido objeto de debates no Brasil e no exterior (Da Costa Rosa; Costa, 2023). A educação financeira permite melhorar a alfabetização financeira, resultando na inclusão financeira e principal contribuidor para a estabilidade financeira (Zaimovic; Torlakovic; Arnaut-Berilo; Zaimovic; Dedovic; Nuhic Meskovic, 2023).

Por outro lado, muito embora se tenha a confusão a respeito dos conceitos relacionados à educação financeira e à matemática financeira, a literatura relata que são conceitos distintos (Dos Santos Souza; Vieira; Junior, 2021). Para os referidos pesquisadores, enquanto a matemática financeira trabalha com as fórmulas e o instrumental prático da linguagem quantitativa, a educação financeira auxilia os consumidores na gestão dos seus rendimentos, tomada de decisão e controle das atitudes, emoções e hábitos.

A alfabetização financeira, conhecida por outros pesquisadores como letramento financeiro, é a consequência da educação financeira, reconhecida mundialmente como um determinante significativo do sucesso financeiro (Son; Park, 2019). Compreender os conceitos financeiros básicos é indispensável para gerenciar as finanças pessoais (Hoffmann; Otteby, 2018). No que a alfabetização financeira é a posse de conhecimentos básicos, a educação financeira é o meio para desenvolver essa capacidade (McCormick, 2009).

Há diversos benefícios que a educação financeira pode proporcionar ao indivíduo, como a melhor gestão de suas receitas e preparação para imprevistos nas despesas em saúde e catástrofes, por exemplo (Santos, 2021). Para Giordano, Assis e Coutinho (2019), a promoção da educação financeira pode gerar empoderamento ao cidadão, uma vez que esclarecido possuirá o conhecimento necessário para melhor gerenciar os seus recursos de forma consciente e sustentável.

Além dos conceitos atinentes à educação financeira e alfabetização financeira, cabe destacar as finanças pessoais, que são largamente discutidas na mídia pelos educadores financeiros. As finanças pessoais são uma divisão no campo de estudo das finanças, distintas das finanças corporativas ou empresariais, bem como das finanças públicas (Massaro, 2015). Desse modo, para o mesmo autor, as técnicas e práticas da administração financeira, quando referidas aos indivíduos e famílias, tratar-se-ão do estudo das finanças pessoais.

Para Levino e Santos (2019), o êxito nas finanças pessoais não se relaciona exclusivamente ao nível de vida e patrimônio acumulados ao longo da vida, mas à capacidade de planejamento e viver em adimplência financeira para suprir suas necessidades básicas. Nesse sentido, entendem-se os papéis cruciais do planejamento financeiro e orçamento familiar em prol da boa gestão das finanças pessoais. Afinal, documentar as receitas e despesas nem sempre são práticas corriqueiras, todavia podem evitar descontroles significativos.

Os conceitos de alfabetização financeira, finanças pessoais, planejamento financeiro e orçamento estão intimamente ligados à educação financeira. Como salientado anteriormente, a educação financeira é um tema cada vez mais presente, que para Massaro (2015), ajuda as pessoas no melhor gerenciamento dos recursos e tomada de decisão. Para o Banco Central do Brasil – BCB (2013), a educação financeira é uma forma de prover conhecimentos e informações sobre conhecimentos básicos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em síntese, a educação financeira é uma disciplina que mobiliza saberes, habilidades, competências, crenças e concepções que envolvem distintas áreas do conhecimento humano, como a matemática, a política, a economia, a sociologia, a antropologia, a filosofia, a psicologia e a ética (Giordano; Assis; Coutinho, 2019). Dada a sua relevância, a educação financeira foi incluída como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017).

Um dos documentos mais importantes que tratam da educação financeira é a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010), que foi substituído pela nova versão em 9 de junho de 2020, no Decreto nº 10.393 (Brasil, 2020). Enquanto a 1ª versão da ENEF tinha por finalidade promover a educação financeira e previdenciária, bem como contribuir para o fortalecimento da cidadania e tomada de decisão pelos consumidores, o documento em vigor adicionou os temas de educação securitária e fiscal.

Entende-se a preocupação estatal em promover a educação financeira que englobe temas como a previdência, os seguros e os impostos, taxas e contribuições, na forma de melhorar a tomada de decisão e o exercício da cidadania. A ENEF é uma política que conta com a participação de diversos órgãos, como o Ministério da Fazenda, o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), além do Ministério da Educação.

A participação dos órgãos da administração pública em proveito da Educação financeira

no território nacional certamente terá maior capilaridade quando do envolvimento da comunidade escolar no tratamento do assunto. É dessa maneira que incorporamos nesta pesquisa os documentos curriculares, a fim de investigar como a educação financeira é revelada. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), diz no § 2º do artigo 1º que a educação se vinculará ao mundo do trabalho e à prática social.

Tal constatação advinda da regulamentação do sistema educacional se alinha com o conhecimento que se deve ter da realidade social (Brasil, 1996). Essa perspectiva vinculada à vida em sociedade permite a inclusão da educação financeira no currículo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tentaram abordar a Educação financeira, nos Ensinos Fundamental (Brasil, 1997) e Médio (Brasil, 1998), na forma dos Temas Transversais (De Melo; Pessoa, 2023).

Com a entrada em vigor da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a inclusão da educação financeira ocorre de forma mais estruturada e de forma obrigatória, diferente do que ocorria nos PCN (De Melo e Santos Pessoa, 2023). Tal constatação é corroborada por Giordano, Assis e Coutinho (2019), que concluíram que os PCN se limitaram a assegurar a presença da matemática financeira, ao passo que a BNCC apresentou avanços no desenvolvimento da educação financeira e no letramento financeiro.

A BNCC fortaleceu o espaço da matemática financeira no currículo escolar e incluiu a educação financeira na forma de abordagem transversal, focada na realidade do aluno, ao tratar de problemas sociais e ambientais, com o estímulo do uso de tecnologias digitais e pensamento crítico (Giordano; Assis; Coutinho, 2019). Tanto as duas versões da ENEF quanto a abordagem da BNCC se somam às iniciativas pioneiras da OCDE, que forneceu suporte para o desenvolvimento de abordagens adaptadas à educação financeira ao redor do mundo.

## Metodologia

O trabalho desenvolvido neste artigo emprega a abordagem qualitativa, cujos procedimentos se referem majoritariamente às pesquisas bibliográfica e documental, ambas de caráter descritivo, na verificação da literatura de educação financeira e os PCNs com a BNCC. Justifica-se o emprego de tais procedimentos metodológicos em razão da investigação estar alinhada às ciências humanas e sociais, especificamente na área da educação, sem a necessidade do teste de hipóteses ou desenvolvimento de cálculos numéricos robustos.

A análise dos documentos é apoiada pela pesquisa bibliográfica realizada com as buscas nas bases de dados científicas via portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, órgão vinculado ao Ministério da Educação. O acesso ao portal de periódicos ocorre mediante credencial de acesso na aba Comunidade Acadêmica Federada – CAFE, no seguinte endereço eletrônico: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>

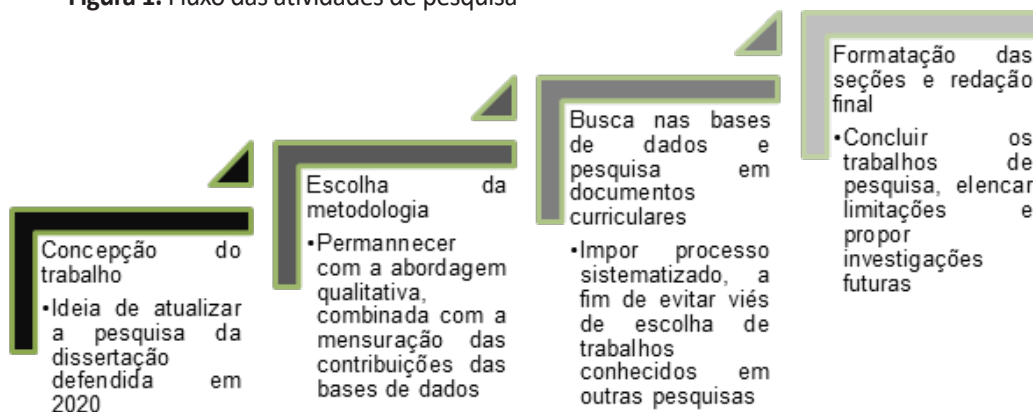
O levantamento dos dados descritos deste artigo utiliza, portanto, dois procedimentos: a pesquisa documental e a bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, na definição de Marconi e Lakatos (2017), é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, que fornece dados atuais e relevantes sobre o tema. Na recomendação das pesquisadoras supracitadas, esse tipo de pesquisa é desenvolvido com base em livros, artigos, ensaios, dicionários, enciclopédias, jornais e revistas. A pesquisa bibliográfica visa melhor compreender a literatura relacionada à educação financeira e o seu relacionamento com os documentos curriculares.

Por seu turno, o uso de documentos nas atividades de pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos e práticas. Dessa maneira, para Gil (2017), a pesquisa documental apresenta vantagens por ser fonte rica e estável de dados e possibilitar a leitura aprofundada dos achados. Assemelha-se à pesquisa bibliográfica e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que ainda pode ser reelaborado para os objetivos da pesquisa.

Além das explicações atinentes às pesquisas documental e bibliográfica, esta investigação

engloba um fluxo previsto para atender o objetivo delimitado na seção de introdução. A Figura 1 traz a sequência das atividades que orientaram a confecção do trabalho, como forma de permitir a replicação por outros pesquisadores:

**Figura 1.** Fluxo das atividades de pesquisa



Fonte: os autores (2024).

## Análise e discussão dos resultados

A educação financeira é um tema de estudo que tem sido pesquisado de forma crescente. Nos meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024 foram efetuadas diversas buscas nas principais bases de dados, como *Redalyc*, *SciELO*, *Scopus*, *SPELL* e *Web Of Science*, para mensurar a quantidade de trabalhos indexados. Para tal, usou-se o termo “*financial education*” (educação financeira) como palavra-chave, para todos os anos disponíveis, cujos resultados estão na Tabela e Gráfico seguintes: **Tabela 1.** Publicações que possuem Educação financeira como palavra-chave

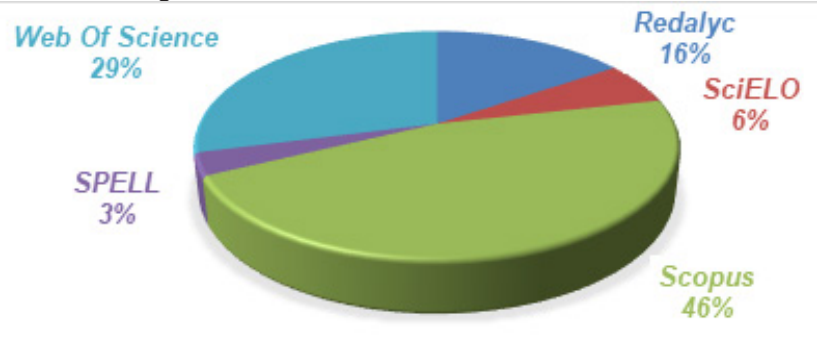
Bases de dados	Total de trabalhos indexados
<i>Redalyc</i>	248
<i>SciELO</i>	96
<i>Scopus</i>	742
<i>SPELL</i>	52
<i>Web Of Science</i>	465

Fonte: os autores (2024).

A Tabela 1 comprova que a educação financeira se faz presente em diversas pesquisas nas mais diversas economias. Os repositórios *Scopus* e *Web Of Science* são os que agregam a maior parte dos trabalhos. Essa constatação corrobora a constatação de diversos pesquisadores que se utilizam dos artigos disponibilizados nessas duas bases de dados, que são reconhecidas internacionalmente. O Gráfico 1 representa os dados coletados das cinco bases escolhidas, para ilustrar a proporção:



**Gráfico 1.** Porcentagem dos trabalhos indexados nas bases de dados



**Fonte:** os autores (2024).

Combinada à inserção da Educação financeira na agenda global, em especial por força de documentos disseminados pela OCDE, houve a articulação desse conhecimento no conteúdo de matemática na BNCC (Souza, 2021). Como se visualizou na Tabela e Gráfico anteriores, é um assunto de reconhecido interesse. Tal interesse tem sido acompanhado de perto no ambiente educacional (Da Silva; Dos Santos Pessoa; De Carvalho, 2018), de forma que a Academia reconhece a relevância da educação financeira no cotidiano (Giordano; Assis; Coutinho, 2019).

Giordano, Assis e Coutinho (2019) explicam que os PCN (Brasil, 1997 e 1998) continuam a matemática financeira, esquecendo-se da educação financeira. Concluem que essa ausência pode ser devido a popularização do tema a partir da 1ª versão da ENEF em 2010. É a partir da entrada em vigor da 1ª versão da ENEF em 2010 que se reforça no país o interesse pela educação financeira. A contar da ENEF, documento que foi influenciado pelas recomendações da OCDE, temos forte referência a nível nacional que relacione a educação financeira como política pública.

Em termos de documentação curricular oficial, deve se destacar que nos PCN (Brasil, 1997 e 1998), a educação financeira não estava contemplada no currículo da matemática (Giordano; Assis; Coutinho, 2019). A BNCC (Brasil, 2018), por sua vez, é a referência para a construção dos currículos federal, estadual e municipal, de forma que como recepçiona a educação financeira será fundamental para o sucesso ou fracasso desta (Santos, 2021). Na inclusão da educação financeira na BNCC, as tarefas ocorrem de forma contextualizada à economia e às finanças (Marques, 2022).

Comparar os documentos PCN (Brasil, 1997 e 1998) e BNCC (2018) é uma forma de melhor compreender o contexto da educação financeira no âmbito escolar no horizonte de duas décadas, além de mostrar a evolução da abordagem. De Melo e Pessoa (2023) são cirúrgicos em sintetizar os principais pontos de cada documento, com foco nos temas transversais, como expresso no Quadro 1:

**Quadro 1.** Comparação da abordagem dos temas transversais nos PCN e BNCC

Normativo	PCN (1997 e 1998)	BNCC (2018)
Nomenclatura	Temas Transversais	Temas Contemporâneos (Transversais e Integradores)
Quantidade	06 (seis)	15 (quinze)
Caráter	Orientações para a Educação Básica com assuntos transversais as mais diversas disciplinas.	Referência nacional obrigatória para a elaboração dos currículos e propostas pedagógicas. Considerados como conteúdo a serem integrados aos currículos da Educação Básica, a partir das habilidades a serem desenvolvidas pelos componentes curriculares. A BNCC recomenda incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, de forma transversal e integradora.

<b>Amparo legal</b>	Sem norma específica	Marcos legais específicos.
---------------------	----------------------	----------------------------

Fonte: De Melo e Pessoa (2023).

O Quadro 1 mostra a evolução da abordagem da educação financeira trazida pela BNCC, até pelo caráter de referência obrigatória. A BNCC prestigia a educação financeira, de forma transversal, centrada na realidade do aluno, na discussão de questões sociais e ambientais (Dos Santos Souza; Vieira; Junior, 2021). Ao ir além dos PCN, a BNCC mantém-se alinhada à LDBEN (Brasil, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (Da Costa Rosa e Costa, 2023).

Cabe destacar que na BNCC temos os temas especiais “Economia, Educação financeira e sustentabilidade”, em que a ENEF foi citada como motivador da inclusão do tema financeiro (Souza, 2021). Assinala-se ainda que projetos da ENEF podem ser recepcionados pela comunidade escolar por intermédio de materiais didáticos para os alunos e oportunidades de capacitação para os docentes. Observa-se que há uma ligação entre os documentos da OCDE para a ENEF, que por sua vez influenciou a inclusão da educação financeira na BNCC.

Em grande medida há que se entender que o estudo da educação financeira é um tema global, o que é comprovado por inúmeras pesquisas indexadas nas bases de dados que foram citadas neste trabalho. Deduz-se ainda que a inclusão do tema na BNCC foi influenciada pela ENEF, que por sua vez advém das orientações da OCDE, embora o Brasil não seja membro dessa organização até o momento. Desse modo, a perspectiva holística da educação financeira exige que seja desenvolvida com base no contexto do aluno, respeitando a diversidade de situações e a integração com outros temas contemporâneos, como a sustentabilidade, a economia etc.

O documento curricular que se encontra mais atualizado para a educação financeira nas escolas é a BNCC, que motivou uma nova busca nas bases de dados científicas *Redalyc*, *SciELO* e *SPELL* em 14 de janeiro de 2024. O termo de busca utilizado foi “base nacional comum curricular”, para artigos em língua portuguesa. Os resultados foram 1.018 trabalhos na *Redalyc*, 119 na *SciELO* e 0 na *SPELL*. O refinamento nas bases *Redalyc* e *SciELO* para os artigos que além de estudarem a BNCC, contivessem a Educação financeira como palavra-chave estão no Quadro 2:

**Quadro 2.** Estudos da BNCC tendo a Educação financeira como palavra-chave

<b>Autores</b>	<b>Base(s)</b>	<b>Principais contribuições da BNCC à Educação financeira</b>
Vieira; Junior; (2019) Moreira Potrich	<i>Redalyc</i> e <i>SciELO</i>	A Educação financeira é tratada de forma contundente, como um dos temas contemporâneos, no objetivo de garantir o direito dos alunos de aprender e se desenvolver, favorecendo o incremento da cidadania.
Franzoni; Quartieri (2020)	<i>Redalyc</i>	Desenvolvimento da Educação financeira aliada aos conceitos de economia e finanças, como taxas de juros, inflação, investimentos e impostos. Resolução de problemas do cotidiano, elaboração de planilhas de controle do orçamento, exercícios de taxas de câmbio e juros compostos, além da preparação para a tomada de decisão.
Hofmann (2020)	<i>Redalyc</i>	Assuntos como inflação, investimentos, rentabilidade e liquidez, que anteriormente eram abordados em cursos de graduação, são objeto de ensino na Educação Básica.
Marim; Da Silva (2020)	<i>Redalyc</i>	Inclusão da Educação financeira nos currículos de todo o Brasil a partir de 2018, com reflexos para as propostas dos Estados e Municípios.
Sousa; Freitas (2023) Lobão;	<i>Redalyc</i> e <i>SciELO</i>	A Educação financeira também foi incluída no itinerário formativo “ciências humanas e sociais aplicadas”, na categoria “trabalho”. No que se refere à matemática, a inserção dos conceitos básicos de economia e finanças estão contidos na unidade temática “números”.

Fonte: Os autores (2024).

O Quadro 2 nos apresentou o resultado de cinco artigos, todos encontrados na *Redalyc*, dos quais dois estão presentes no repositório da *SciELO*. As contribuições que a BNCC traz à educação financeira são diversas, como foram sintetizados acima. Na sequência da análise bibliográfica, temos a consulta aos documentos curriculares oficiais, listados a seguir, por ordem de entrada em vigor:

- a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996);
- b) Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª séries. Matemática (Brasil, 1997);
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª séries. Matemática (Brasil, 1998);
- d) Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 2000);
- e) Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2013); e Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Para desenvolver a análise documental nesta seção, precisamos sintetizar e explicar os resultados da coleta desses dados primários, obtidos nos portais eletrônicos do governo federal, como <https://www.planalto.gov.br> e <http://portal.mec.gov.br>. Primeiramente, cabe destacar que a LDBEN é a norma mais importante em matéria de ensino no nosso país. Por outro lado, os PCN são recomendações curriculares, ao passo que as DCN possuem força de lei. Salienta-se que mesmo com a entrada em vigor da BNCC, as DCN continuam em vigor.

Previsto nos artigos 210 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e 26 da LDBEN (Brasil, 1996), a BNCC é o documento curricular mais recente no Brasil, tendo sido elaborado a partir dos PCN e DCN. Além de possuir melhor direcionamento, pois determina com clareza os objetivos de aprendizagem em cada ano escolar, tal norma curricular permitiu a inclusão dos conceitos de economia e finanças, desenvolvendo o ensino da Educação financeira no ambiente escolar.

A LDBEN, em vigor desde o final de 1996, trouxe os princípios e as finalidades da educação no território nacional. Os PCN, por sua vez, são documentos divididos em ciclos dos Ensinos Fundamental e Médio, a título de referências no tocante ao currículo e que inovam ao trazerem os temas transversais. Os PCN de matemática de 1ª a 4ª série da época (Brasil, 1997), não mencionaram a educação financeira, limitando-se tão somente a citar a matemática financeira, na análise de tabelas, gráficos, estudos de porcentagem e problemas multiplicativos.

Os PCN de Matemática dos 3º e 4º ciclos, equivalentes às 5ª e 8ª séries de então (Brasil, 1998), reforçaram a preocupação pela matemática financeira, para a compreensão da proporcionalidade, no trabalho das situações-problema em conjunto com a matemática comercial, com o cálculo de juros simples e compostos, descontos, fatores de conversão, impostos etc. Esses tópicos, à luz dos PCN de matemática dos últimos ciclos do Ensino Fundamental, propiciam conexões com os temas transversais Trabalho e Consumo (Brasil, 1998).

Os temas transversais, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental - PCNEF são os seguintes: a Ética, a Pluralidade Cultural, o Meio Ambiente, a Saúde, a Orientação Sexual, o Trabalho e Consumo (Brasil, 1997, 1998). Não são disciplinas, mas questões incorporadas às áreas existentes. São amplos para a discussão de questões importantes, urgentes e presentes no cotidiano. Nesse sentido, os PCN são orientados pela concepção da cidadania e os princípios democráticos, que discutem as relações do trabalho com as questões sociais.

Ao se consultar os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM (Brasil, 2000), tal documento se encontra dividido em 4 (quatro) partes: I – Bases Legais; II – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; III – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Na análise dessas partes, é na última que temos menção aos conceitos de economia e finanças. Nos PCNEM das Ciências Humanas e suas Tecnologias se mencionam a inclusão além dos conceitos estritamente econômicos, importantes para a compreensão do cotidiano do mundo do trabalho.

Na 3ª parte dos PCNEM, os quais se relacionam às Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, mencionam-se o papel importante do conceito de função, necessário para interpretar e construir gráficos, assim como descrever o comportamento de fenômenos de outras áreas do conhecimento, como a geografia e a economia. Entretanto, na 4ª parte dos PCNEM, atinentes



às Ciências Humanas, há destaque na introdução à economia, na compreensão e a avaliação do funcionamento de uma economia de mercado, com referência aos fatores de produção, agentes econômicos, aspectos institucionais, formação dos preços e direitos do consumidor.

Incluem-se ainda na derradeira parte dos PCNEM (Brasil, 2000), aspectos relativos à identificação dos agentes econômicos, ou seja, as pessoas físicas e jurídicas; os documentos comerciais e fiscais, a exemplo dos contratos, ações, duplicatas, dentre outros; a movimentação financeira e bancária; e o papel dos juros na consideração dos pagamentos à vista ou a prazo. Da análise dos PCN de Matemática, no Ensino Fundamental houve menções introdutórias à Matemática Financeira, ao passo que no Ensino Médio, existe a concepção de se compreender os conceitos de economia e finanças em conjunto com as Ciências Humanas.

Um documento decorrente interessante são as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais, conhecidos como PCN+ do Ensino Médio (Brasil, 2002), referentes às Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, traz alguns tópicos que facilitam o entendimento das finanças, como no Tema 1 – Álgebra, enquanto linguagem relevante para a interpretação de gráficos e desenvolvimento de cálculos de natureza financeira. Após esgotar a análise dos PCN, temos como os últimos documentos as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2013) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, tornadas em vigor a partir de 2013 e que, apesar de não citarem a educação financeira e a matemática financeira, possui diversos registros a respeito da economia, bem como os temas atuais da sociedade. As DCN não citam a educação financeira e tampouco o instrumental financeiro da matemática, de forma que esta análise prossegue para a BNCC, documento desenvolvido em 2017.

Enquanto os PCN desenvolveram a matemática financeira e articularam situações que envolviam a economia e finanças, no formato dos temas transversais em conjunto com as Ciências Humanas, é na BNCC que a educação financeira é tratada com especial destaque. A educação financeira na BNCC é tratada como Tema Contemporâneo Transversal - TCT, ao lado de: Ciência e Tecnologia; Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural; Educação Alimentar e Nutricional; Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho; e Vida Familiar e Social.

A educação financeira é valorizada como TCT na BNCC, que na unidade temática Números, no Ensino Fundamental estuda os conceitos básicos de economia e finanças, com a discussão de assuntos como: taxa de juros, inflação, aplicações financeiras e impostos. Nessa unidade temática se favorece a abordagem interdisciplinar que engloba as dimensões culturais, sociais, políticas, psicológicas e econômicas, sobre as questões do consumo, trabalho e recursos financeiros.

Nessa linha de raciocínio, a abordagem abrangente da BNCC permite que um projeto iniciado na disciplina de história, possa ser continuado na matemática, em discussão que trate do estudo do dinheiro e sua relação com a sociedade, ao longo do tempo e suas relações com os impostos e o consumo em sociedades diversas. Tal integração aperfeiçoa determinados relacionamentos que ocorrem na transversalidade dos temas abrangidos nos PCN, que possui não possui a densidade de unidades temáticas como a BNCC.

No âmbito do Ensino Fundamental, torna se interessante mencionar a descrição das habilidades que são trabalhadas na BNCC. De forma resumida, temos as habilidades que estão contidas nas unidades temáticas, expressas no Quadro 2:

**Quadro 2.** habilidades trabalhadas no Ensino Fundamental pela BNCC

(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira.

(EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.

(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.

Fonte: BNCC (2017).

O Quadro 2 mostra que apesar da BNCC ainda insistir em noções de proporcionalidade, via conceito de porcentagem, menciona-se pela 1ª vez em documento curricular de alcance nacional o termo “educação financeira”. É bem verdade que a matemática financeira e a comercial fornecem instrumentos teóricos e práticos significativos para o desenvolvimento da educação financeira nas escolas. Porém, o maior acerto na promoção da educação financeira certamente ocorre pela discussão dos conceitos econômicos e financeiros com as Humanidades.

Derivado da BNCC, temos o caderno de economia, macroárea dos temas contemporâneos transversais, que aborda a educação financeira, educação fiscal e trabalho (Brasil, 2022). Em tal volume, se encontram as competências que podem ser adquiridas com a abordagem da educação financeira nos ensinos infantil, fundamental e médio. Há ainda a recomendação de material pedagógico produzido pelo Ministério da Educação e Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

A BNCC (Brasil, 2017) eleva a educação financeira a um novo patamar, que aliado ao instrumental da matemática financeira, permite tratar de situações que envolvam conceitos econômicos no ambiente escolar, tornando o processo educativo mais amplo e conectado com a realidade. A abordagem que favorece a transdisciplinaridade discute assuntos que sejam do interesse não somente da matemática, mas também das Ciências Humanas, numa perspectiva integrada que enriquece o desenvolvimento de projetos conjuntos.

Este trabalho, de caráter descritivo e qualitativo, mediante as análises bibliográfica e documental, foi desenvolvido com o objetivo de responder o questionamento de pesquisa de como os documentos curriculares oficiais revelam a inclusão da educação financeira na Educação Básica. Ao longo das buscas nas bases de dados científicas foi possível mensurar os trabalhos sobre a Educação financeira, confirmar a sua relevância e a sua abordagem que se acentuou de forma mais significativa sob a égide da BNCC (Brasil, 2017).

A pesquisa de cunho documental comprovou os resultados colhidos no levantamento bibliográfico, além de trazer à reflexão a abordagem transversal relacionada à educação financeira. A ideia de trabalhar os conceitos básicos de economia e finanças com as disciplinas das Ciências Humanas, nos casos de história e geografia, traz maior amplitude à compreensão das relações sociais e favorece o desenvolvimento de projetos conjuntos.

É importante notar a gestação da educação financeira no currículo escolar, que aliada de forma tímida à matemática financeira nos PCN, ocorre de forma mais definida na BNCC. Destacam-se as influências que vieram das duas versões da ENEF, que inspiradas na OCDE, fortalecem a discussão dos tópicos de economia e finanças no Brasil. O assunto tem sido pesquisado de forma crescente na Academia e é de reconhecido interesse da gestão pública, agregando órgãos como o BCB, a CVM, a SUSEP, a STN, a PREVIC, a SENACON, além do Ministério da Educação.

## Considerações finais

Este trabalho investigou um assunto que tem sido objeto de diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, este artigo visou responder como os documentos curriculares oficiais revelam a inclusão da educação financeira na Educação Básica no Brasil. Os resultados apresentados sugerem que a educação financeira é abordada de forma mais estruturada a partir da BNCC (Brasil, 2017).

Os documentos anteriores, como a LDBEN, PCN, PCN+ e DCN, não mencionaram a

educação financeira, muito embora em seus princípios estejam alinhados com a BNCC. Por outro lado, além de reforçar a matemática financeira e entender que a educação financeira pode e deve ser trabalhada em perspectiva integrada com outras disciplinas, na BNCC a educação financeira é tratada como Tema Contemporâneo Transversal.

Como crítica à BNCC, tem-se que no Ensino Fundamental, as habilidades EF05MA06, EF06MA13, EF07MA02 e EF09MA05, são focadas exclusivamente em problemas envolvendo o conceito de porcentagem. Por outro lado, salienta-se que a educação financeira na BNCC é tratada como Tema Contemporâneo Transversal, trabalhado não somente nas aulas de matemática, mas com a interessante oportunidade de ser abordada em projetos conjuntos com outras áreas do conhecimento, como as Ciências Humanas.

A educação financeira, por sua vez, é uma disciplina que permite o estudo por diversas formas, que abrange a matemática, com seu instrumental quantitativo, e se relaciona com outros ramos do conhecimento como a economia, na compreensão do funcionamento dos mercados, e a psicologia, pelo estudo do comportamento dos agentes. Nesse sentido, a BNCC avança sobre o terreno dos PCN, que asseguraram o emprego da matemática financeira. A BNCC, por sua vez, permitiu a inclusão da educação financeira no currículo nacional da educação básica, inspirada pelas duas versões da ENEF (Brasil, 2010 e 2020).

As limitações deste trabalho, por sua vez, incluem a necessidade de que estudos futuros possam explicar as relações entre as recomendações da OCDE e a ENEF no desenvolvimento da educação financeira no Brasil, como política pública. Outros trabalhos também poderão investigar a atuação de órgãos interessados na educação financeira, como são os casos do BCB, da CVM, da SUSEP, da STN, da PREVIC, da SENACON, bem como o próprio Ministério da Educação.

## Referências

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 14 jan. 2024.

BOSSHARDT, William; WALSTAD, William B. National standards for financial literacy: Rationale and content. **The Journal of Economic Education**, 45 (1), 63 - 70. 2014. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/taf/jeduc/v45y2014i1p63-70.html>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Brasília. 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_verseofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf). Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Caderno de Economia: educação financeira, educação fiscal e trabalho**. Série temas contemporâneos transversais. Brasília. 2022. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos\\_tematicos/caderno\\_economia\\_consolidado\\_v\\_final\\_09\\_03\\_2022.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf). Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm). Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020.** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação financeira – FBEF. Brasília. 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm) . Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica - DCN.** Brasília. 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/media/seb/pdf/d\\_c\\_n\\_educacao\\_basica\\_nova.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf) . Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Brasília. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental – PCNEF. 1º e 2º ciclos (1ª a 4ª séries). Matemática.** Brasília. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental – PCNEF. 3º e 4º ciclos (5ª a 8ª séries). Matemática.** Brasília. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio - PCNEM. Parte III – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.** Brasília. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.** Brasília. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira.** São Paulo: Sextante, 2015.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes.** São Paulo: Sextante, 2019.

DA COSTA ROSA, Robson Luiz; COSTA, Christine Sertã. A Matemática Crítica e a Educação Financeira: compreender, analisar e tomar decisão. **Revista de Educação Matemática**, 20 (1). 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37001/remat25269062v20id720> . Acesso em: 14 jan. 2024.

DANA, Sami. **Faça as pazes com as suas finanças: o passo a passo para organizar seu dinheiro e planejar seu futuro sem deixar de aproveitar o presente.** 1ª Ed. São Paulo: Benvirá, 2017.

D'AQUINO, Cássia. **Como falar de dinheiro com o seu filho.** São Paulo: Saraiva, 2014.

DA SILVA, Arlam Dielcio Pontes; DOS SANTOS PESSOA, Cristiane Azevedo; DE CARVALHO, Liliane Maria Teixeira Lima. Panorama da Educação Financeira escolar em documentos oficiais. **TANGRAM - Revista de Educação Matemática**, v.1, n. 4, 66 - 86. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/tangram.v1i4.8695> . Acesso em: 14 jan. 2024.

DE MELO, Danilo Pontual; PESSOA, Cristiane Azevêdo. Educação Financeira Escolar na Base Nacional Comum Curricular, o que mudou em comparação com os Parâmetros Curriculares Nacionais? *Μαθηματικά: epistemologia e educação*, v. 1, n. 4. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2965-1794.2023.255009> . Acesso em: 14 jan. 2024.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira: a Educação Financeira como método para realizar seus sonhos**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.

DOS SANTOS SOUZA, Fabiano; VIEIRA, Tiago Vanini; JUNIOR, Marco Aurélio Kistemann. Uma investigação sobre as concepções de letramento financeiro de professores de Matemática em três cidades com o suporte do CHIC. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, v. 23, n. 2, 016 - 046. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1983-3156.2021v23i2p016-046> . Acesso em: 14 jan. 2024.

ELOI, Eliane Pelity. **O Programa de Educação Financeira numa escola de Ensino Médio, pública, no Estado de São Paulo**. Especialização em Ciência e Tecnologia. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015.

ELOI, Eliane Pelity. **Educação Financeira nas escolas: uma proposta de projeto a ser implementado na rede pública e estadual de São Paulo**. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/599421/1/PE%20Eliane%20Pelity.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

ELOI, Eliane Pelity. **Educação Financeira: algumas revelações expressas em documentos curriculares oficiais e livros didáticos**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.up.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3270/1/Eliane%20Pelity%20Eloi.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

ELOI, Eliane Pelity; DOS SANTOS, Cíntia Aparecida Bento. Educação Financeira: algumas revelações expressas em documentos curriculares oficiais. **Anais do XIII Encontro Nacional de Educação Matemática – XIII ENEM**. Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM. Cuiabá, 2019.

ELOI, Julio Cezar Rodrigues; ELOI, Eliane Pelity. A Educação Financeira pela visão dos estudantes do ensino médio em uma escola da rede pública paulista. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, v.9, n.3, 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/pkcroraima/article/view/2287> . Acesso em: 14 jan. 2024.

EWALD, Luís Carlos. **Sobrou Dinheiro! Lições de Economia Doméstica**. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FRANKENBERG, Louis. **Guia Prático para Cuidar do seu Orçamento**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FRANZONI, Patrícia; QUARTIERI, Marli Teresinha. Tarefas investigativas relacionadas à Educação Financeira: possibilidades de conjecturas e estratégias de resolução. **Ciência & Educação**, 26. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320200057> . Acesso em: 14 jan. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIORDANO, Cássio Cristiano; ASSIS, Marco Rodrigo da Silva; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **EMTEIA - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v.10, n. 3. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36397/emteia.v10i3.241442> . Acesso em: 14 jan. 2024.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. 3ª Ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2015.



HOFFMANN, Arvid; OTTEBY, Katarina. Personal finance blogs: Helpful tool for consumers with low financial literacy or preaching to the choir? **International Journal of Consumer Studies**, v. 42, n.2, 241-254. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ijcs.12412> . Acesso em: 14 jan. 2024.

HOFMANN, Ruth Margareth. Os Vieses Cognitivos e suas Implicações para Educação Financeira: o caso do “efeito Brumadinho” na construção de gráficos. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v.34, 564-582. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v34n67a11> . Acesso em: 14 jan. 2024.

KIYOSAKI, Robert; LECHTER, Sharon. **Pai Rico Pai Pobre**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LEVINO, Natallya de Almeida; SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos. **Finanças Pessoais para iniciantes**. 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7121> . Acesso em: 14 jan. 2024.

LUQUET, Mara. **Guia Valor Econômico de Finanças Pessoais**. 2ª Ed. São Paulo: Globo, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARIM, Vlademir; DA SILVA, Maxwell Gomes. Educação Financeira: abordagem nos livros didáticos de Matemática para o Ensino Médio. **Educação Matemática Debate**, v.4, 1-26. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24116/emd.e202005> . Acesso em: 14 jan. 2024.

MARQUES, Breno Ricardo Oliveira. **O ensino da matemática financeira como meio de conscientização sobre a educação financeira**. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: [https://sca.profmatt-sbm.org.br/profmatt\\_tcc.php?id1=6987&id2=171055732](https://sca.profmatt-sbm.org.br/profmatt_tcc.php?id1=6987&id2=171055732) . Acesso em: 14 jan. 2024.

MARTINS, José Pio. **Educação Financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento, 2014.

MASSARO, André. **Como cuidar de suas finanças pessoais**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2015. Disponível em: <http://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/10cfa-cartilha-financa-pessoal.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

MCCORMICK, Martha Henn. The effectiveness of youth financial education: A review of the literature. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 1. 2009. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ859566.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

OCDE-ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Recommendation of the Council. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf> . Acesso em: 14 jan. 2024.

PASCHOARELLI, Rafael. **A nova regra do jogo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PERETTI, Luiz Carlos. **Educação Financeira na escola e na família**. 2ª Ed. Impressul, 2007.

PIAZZA, Marcelo. **Bem-vindo à Bolsa de Valores**. 7ª Ed. São Paulo: Novo Conceito, 2015.

SANTOS, Marcilei Santana dos. **Educação Financeira: proposta para o ensino básico contemplando as exigências da BNCC**. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2021. Disponível em: [http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2944/1/marcilei\\_santana\\_santos.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2944/1/marcilei_santana_santos.pdf) . Acesso em: 14 jan. 2024.

SON, Jiyeon; PARK, Jooyung. Effects of financial education on sound personal finance in Korea: Conceptualization of mediation effects of financial literacy across income classes. **International Journal of Consumer Studies**, v. 43, n. 1, 77 - 86. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ijcs.12486> . Acesso em: 14 jan. 2024.

SOUSA, Richarles de Araújo; LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza; FREITAS, Renata Gomes de Abreu. Educação Financeira à luz da BNCC: concepções de docentes do ensino profissional e tecnológico. **Educação e Pesquisa**, v. 49. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349251296por> . Acesso em: 14 jan. 2024.

SOUZA, Jéssica Ignacio de. **Educação Financeira: práticas discursivas na Educação Matemática**. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227167> . Acesso em: 14 jan. 2024.

VIEIRA, Kelmara Mendes; MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Indicador de Educação Financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educação & Sociedade**, v. 40. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568> . Acesso em: 14 jan. 2024.

ZAIMOVIC, Azra; TORLAKOVIC, Anes; ARNAUT-BERILO, Almira; ZAIMOVIC, Tarik; DEDOVIC, Lejla; NUHIC MESKOVIC, Minela. Mapping Financial Literacy: A Systematic Literature Review of Determinants and Recent Trends. **Sustainability**, v. 15, n. 12, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su15129358> . Acesso em: 14 jan. 2024.

Recebido em 26 de novembro de 2023

Aceito em 22 de dezembro de 2023